



PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO – ANEXO V

Exercício de 2021

FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES

Navegantes - SC

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (IN-TC-0020-2015, Art. 9º c/c Art. 14º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	Fundação Cultural de Navegantes
CNPJ:	04.238.035/0001-14
Endereço:	Rua Maria Leonor da Cunha, 432, Centro
Telefone:	(47) 3185 2013
E-mail:	cultura.superintendente@navegantes.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	www.navegantescultural.blogspot.com.br

b) Rol dos Responsáveis:

Nome	Marcos Venício Montagna
CPF	047.518.029-17
Cargo/Função	Superintendente
Período de gestão	de janeiro de 2021 a dezembro de 2021
Ato Nomeação e data	Portaria nº 224 de 13 de janeiro de 2021
Ato Exoneração e data	-
Endereço Residencial	Rua José Francisco Laurindo, 1420 A, apto. 203, São Domingos, Navegantes
E-mail	cultura.superintendente@navegantes.sc.gov.br

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

A Fundação Cultural de Navegantes, possui o seguinte conselho vinculado a entidade:

Nome do conselho	Conselho Municipal de Cultura
Fonte legal:	Lei nº 2.286 de 19 de março de 2010
Quantidade de Membros Governamentais	6
Quantidade de Membros da Sociedade Civil	10
Data da Última Reunião	20 de dezembro de 2021

A Fundação Cultural de Navegantes, possui na sua estrutura organizacional:

Título do Cargo	Lei de Criação do Cargo	Quantidade Legal	Quantidade Ocupada
Superintendente	Lei nº 177/2013	1	1
Assessor Técnico 01	Lei nº 177/2013	1	1

Assessora Técnica 01	Lei nº 177/2013	1	0
Coordenador de Espaço Cultural	Lei nº 177/2013	1	0
Diretor Técnico	Lei nº 177/2013	1	1
Diretor Administrativo	Lei nº 177/2013	1	1
Gerente de Artes Cênicas e Música	Lei nº 177/2013	1	0
Gerente de Artes Visuais e Audiovisual	Lei nº 177/2013	1	0
Monitor de Oficinas Culturais	Lei nº 177/2013	1	0
Assistentes de Biblioteca	Lei nº 177/2013	1	1
Monitor de Telecentro	Lei nº 177/2013	1	1
Bibliotecária	Lei nº 177/2013	1	1
Técnico de Cinema	Lei nº 177/2013	1	1
Técnico de Teatro	Lei nº 177/2013	1	0
Agentes de Serviços Gerais	-	1	1
Produtora Cultural	Lei nº 177/2013	1	1
Assistente de Produção Cultural	Lei nº 177/2013	1	0
Arte-Educadores	Lei nº 282/2016	24	0

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

Fundação Cultural de Navegantes – LC nº 1.361 de 20 de dezembro de 2000

I - Incentivar, difundir e promover a prática e o desenvolvimento da atividade cultural e artística no Município;

II - conservar, zelar e administrar o patrimônio cultural e artístico do Município de Navegantes;

III - manter e administrar os seguintes órgãos:

- a) Centro Integrado de Cultura;
- b) Escola de Arte "Dona Bentica";
- c) Galeria de Arte "Joaquim Rodrigues";
- d) Biblioteca Pública Municipal "Cruz e Sousa";
- e) Espaço Cultural do Centro Unificado das Artes e dos Esportes (CEU);
- f) outros órgãos que vierem a ser criados.

IV - promover e patrocinar pesquisas de caráter cultural;

V - receber e conceder bolsas de estudos, quando se tratar de incentivo a produção científica relacionada a cultura;

VI - instituir e administrar, juntamente com o Conselho Municipal de Cultura de Navegantes, o tombamento arquitetônico, artístico, histórico e paisagístico no Município.

Conselho Municipal De Cultura – LC nº 1.361 de 20 de dezembro de 2000:

Art. 9º Além das competências previstas no artigo 2º da lei nº 2286 de 19 de março de 2010, compete ao Conselho Municipal de Cultura:

I - examinar e aprovar:

- a) o plano de trabalho da Fundação;
- b) o orçamento e o plano de aplicação dos recursos;
- c) o plano de contas;
- d) o Regimento Interno da Fundação.

II - propor o quadro de pessoal e o plano de classificação de cargos, bem como as respectivas alterações, submetendo-as à aprovação do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - estabelecer a política cultural do Município;

IV - encaminhar ao Chefe do Poder Executivo Municipal o relatório anual de atividades, a prestação de contas e o balanço geral elaborado pela Superintendência, acompanhado de parecer subscrito pelos membros do Conselho;

V - propor reformas estatutárias que se fizerem necessárias;

VI - deliberar sobre a guarda, a aplicação e a movimentação dos bens da Fundação;

VII - aprovar convênios, contratos ou acordos de que participe a Fundação;

VIII - analisar outras matérias de interesse da Fundação, quando submetidas à sua apreciação.

Parágrafo Único - O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal de Cultura será gratuito e considerado de relevância comunitária."

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Cultura:

I - estudar e propor à Fundação Municipal de Cultura de Navegantes, com ampla participação popular, a política cultural do município, bem como formular políticas e diretrizes para o Plano Municipal de Cultura;

II - apreciar, aprovar e acompanhar a execução do Plano Municipal de Cultura;

III - colaborar com os órgãos colegiados das esferas municipal, estadual e federal na formulação, execução e fiscalização das políticas de cultura do município, do Estado e do país;

IV - garantir a cidadania cultural como direito de acesso e fruição dos bens culturais, de produção cultural e de preservação das memórias histórica, social, política, artística, paisagística e ambiental;

V - propor a concessão de auxílio, de acordo com as dotações específicas, às instituições com fins culturais - oficiais ou particulares - tendo em vista a conservação e a guarda do patrimônio cultural do município;

VI - cooperar na defesa e na conservação do patrimônio cultural do município;

VII - opinar sobre os projetos apresentados pelas instituições artístico-culturais de Navegantes para efeitos de celebração de convênio com o município;

VIII - apreciar e opinar nos projetos de ações artístico-culturais da Fundação Municipal de Cultura;

IX - emitir parecer ou tomar providências acerca de assuntos de natureza artístico-cultural que lhe sejam submetidos pela Administração Municipal, por seus Conselheiros ou por entidade artístico-cultural de Navegantes;

X - opinar sobre articulações necessárias com órgãos federais, estaduais ou municipais, universidades, escolas e instituições, para assegurar a coordenação e a execução de programas artístico-culturais;

XI - indicar representante para integrar a Comissão Navegantina de Avaliação de Projetos Culturais, nos termos da lei que institui os incentivos à cultura no Município;

XII - apreciar o regulamento, supervisionar, acompanhar e fiscalizar as ações quando da implantação do Fundo Municipal de Cultura;

XIII - exercer as demais atividades de interesse da Cultura.

Grupo Gestor do Céu das Artes e dos Esportes - Lei 2.841, de 07 de fevereiro de 2014:

Art. 4º Compete ao Grupo Gestor:

I - Organizar a programação dos espaços culturais e esportivos;

II - Decidir sobre a forma de utilização dos espaços;

III - Fiscalizar a aplicação dos recursos;

IV - Buscar parcerias para programação de cinema e teatro;

V - Divulgar as ações através de assessoria de comunicação específica;

VI - Captar de recursos humanos e financeiros;

VII - Criar um calendário específico para o CEU;

VIII - Buscar oficinas e projetos culturais, esportivos, ambientais e sociais;

IX - Criar campeonatos esportivos que se tornem anuais, integrando bairros e escolas;

X - Criar circuitos entre escolas e bairros;

XI - Buscar informações sobre programas sociais;

XII - Formar parcerias para trabalhar assuntos de saúde, profissionalização e assistência social;

XIII - Criar cronogramas de ações de orientação e atendimento das necessidades do bairro.

PECART - Programa de Ensino e Capacitação nas Artes – LC nº 282, de 08 de janeiro de 2016, Anexo I:

Objetivo Geral:

Ampliar e regulamentar as alternativas de oferta de atendimento artístico-cultural, de forma a despertar e aprimorar aptidões pessoais dos educandos, consoante suas inclinações artísticas.

Objetivos Específicos:

Promover condições de acesso, aprendizagem e aperfeiçoamento, através do ensino e da capacitação em um programa continuado de atividades artísticas voltadas a crianças, jovens e adultos de Navegantes;

Subsidiar, por meio do conhecimento técnico e teórico, a prática das modalidades artísticas, a fim de despertar e desenvolver dons, talentos e aptidões pessoais em cada educando, visando à propagação das atividades culturais desenvolvidas em sala;

Capacitar o educando para a pesquisa, produção e interpretação das expressões artísticas, desenvolvendo habilidade de percepção, reflexão e potencial criativo;

Fomentar a articulação e a interação de recursos teóricos e práticos, possibilitando a atuação de agentes culturais versáteis e dinâmicos nos mais diversos segmentos culturais;

Estimular e incentivar o pensamento artístico-cultural, o senso crítico e a sensibilidade artística, com a utilização de técnicas e procedimentos tradicionais e experimentais;

Propiciar ao educando maior interação com o desenvolvimento das linguagens artísticas.

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Situação orçamentária:

Cód. Programa	Título Do Programa	Prev. Inicial	Prev. Atualiz.	Desp Emp.	Desp Liq.	Desp Pagas
1.144	Investimentos em Ações da Fundação Municipal de Cultura	5.000	155.692			
2.054	Manutenção das Ações da Fundação Municipal de Cultura	1.251.000	1.459.641	1.082.676	994.793	989.882
2.057	Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Cultura	450.000	566.000	506.575	410.029	361.230
2.058	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo à Cultura	320.000	414.884	127.484	0	0
Total Geral		2.026.000	2.596.218	1.716.735	1.404.822	1.351.112

Situação metas físicas no final do exercício:

Cód. Programa	Título do Programa	Quantidade Prevista	Produto	Unidade de Medida	Quantidade Executada	% Execução
1.144	Investimentos em Ações da Fundação Municipal de Cultura	1	Investimento	Ano	1	100%
2.054	Manutenção das Ações da Fundação Municipal de Cultura	5.800	Público	UN	Sem info.	Sem info.
2.057	Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Cultura	20.447	Público	UN	Sem info.	Sem info.
2.058	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo à Cultura	9.201	Público	UN	Sem info.	Sem info.

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Não houve contingenciamento de despesas neste exercício.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos neste exercício.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não houve permanência de restos a pagar processados ou não processados por mais de um exercício financeiro para esta unidade gestora.

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

a.1) Quadro de pessoal (quantidade):												
Vínculo	Quantidades/Mês											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	6	6	6	6	6	6	6	5	5	5	5	5
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público												
Agentes Públicos Militares Ativos												
Membros ativos de Poder ou órgão												
Agentes Políticos com Mandato Eletivo												
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na UG com vínculo efetivo com o Ente	7	7	7	7	7	7	7	6	6	6	6	6
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	4	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3
Servidores contratados por tempo determinado												
Estagiários												
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras												
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras												
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo												
Servidores cedidos para outras esferas de Governo												
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários												
Conselheiros Tutelares												
Total	17	17	17	17	16	16	16	14	14	14	14	14

a.2) Quadro de pessoal (valores):													
Vínculo	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês												
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Tot
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	16.132	16.136	15.279	14.878	15.314	12.628	15.974	15.370	15.394	15.362	15.378	15.378	183.224
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agentes Públicos Militares Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Membros ativos de Poder ou órgão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Agentes Políticos com Mandato Eletivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serv. ocupantes de cargo/emprego em comis.na UG com vínculo efetivo com o Ente	20.958	20.962	20.323	19.922	20.658	17.629	21.018	20.414	20.439	20.407	20.423	20.423	243.577
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	17.603	27.794	28.556	28.556	17.629	17.629	17.629	17.629	17.629	17.629	17.629	17.629	243.539
Servidores contratados por tempo determinado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselheiros Tutelares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	54.693	64.893	64.158	63.356	53.601	47.885	54.620	53.413	53.462	53.398	53.430	53.430	670.340

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0016/2022.

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0016/2022.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0016/2022.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Celebração entre a Fundação Cultural de Navegantes/Fundo Municipal de Cultura de Navegantes através do Edital Vilma Mafra 2021:

Empenho	Valor Pago	Beneficiário	CPF	CNPJ
146	R\$ 31.200,00	GIAN CARLOS RIO DOS SANTOS	006.724.059-38	
147	R\$ 13.136,16	THIAGO KARLO SILVA	107.281.899-09	
148	R\$ 13.136,16	LUCAS CARLOS MARIA	112.381.509-77	
149	R\$ 13.136,16	OYAMA ACHCAR PANCOTTI	746.616.806-00	
150	R\$ 31.200,00	SOFIA SCHRAMM DE BRITO	052.973.719-10	
151	R\$ 31.200,00	RICARDO ISMAEL TESTONI	008.113.699-43	
152	R\$ 31.200,00	MICHEL VENEGAS FILHO	061.254.717-56	
153	R\$ 31.200,00	LIGIA MARIA XAVIER	005.470.829-08	
154	R\$ 31.200,00	ROBERTO JOSÉ VIEIRA	096.506.638-00	
155	R\$ 31.200,00	JOSE CARLOS PEREIRA JUNIOR	046.493.379-09	
156	R\$ 31.200,00	ISABEL CRISTINA RIBEIRO ROSA	850.473.509-59	
157	R\$ 31.200,00	ANGELA GOERKE	180.822.709-34	
158	R\$ 31.200,00	BARBARA CANZIANI KRISTENSEN	042.168.519-08	
Total	R\$ 351.408,48			

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

- a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia	Compras	Contratação de Serviço	Despesa Realizada
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão Presencial	0,00	43.621,94	7.307,59	50.929,53
Pregão Eletrônico	0,00	5.669,24	88.277,00	93.946,24
Dispensa de Licitação (Art.24,I e II)	0,00	656,00	14.281,51	14.937,51
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0,00	4.996,39	15.715,67	20.712,06
Inexigibilidade de Licitação	0,00	0,00	43.510,00	43.510,00
Total	0,00	54.943,57	169.091,77	224.035,34

Fonte: Betha Sapo, relatórios in-20 anexo V-a

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	Plataforma "Diário Oficial dos Municípios" CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Pessoa de Contato:	Portaria 215 de 13 de janeiro de 2021. Fiscais de Contrato: Fernanda Hassmann Constâncio e Marllon Vieira de Oliveira
CNPJ:	09.427.503/0001-12
Endereço:	Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885 - Sala 102, Canto, Florianópolis/SC CEP 88.070-800
E-mail:	ciga@ciga.sc.gov.br
Telefone:	(48) 3321-5300
Ato legal instituindo a atividade:	DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 178/2019. CONTRATO Nº 01/391/2019 PMN. Vigência: 01/01/2021 – 31/12/2021

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	Plataforma "Leis Municipais" Liz Serviços Online Ltda
Pessoa de Contato:	Portaria 1180 de 06 de março de 2020. Fiscais de Contrato: Fernanda Hassmann Constâncio e Tatiana de Alencar Carlini
CNPJ:	03.725.725/0001-35
Endereço:	Rua 240, nº 400 Bairro Meia Praia, Itapema/SC CEP 88.220-000
E-mail:	financeiro@leismunicipais.com.br
Telefone:	(47) 3514-5600
Ato legal instituindo a atividade:	Processo: Inexigibilidade nº 174/2019 CONTRATO Nº 01/389/2019 PMN Vigência: 12 meses. 01/01/2021 – 31/12/2021

c) informações sobre as recomendações expedidas pelo órgão de controle interno e as providências adotadas (ou não) no exercício, demonstrando: recomendações expedidas no exercício (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos;

Nro Seq	Data	Setor/Área de Origem	Documento de Origem - Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
605	15/06/2021	Auditoria de Verificação	Relatório de Auditoria Verificação 012/2021	Fundação Cultural	Controle de Ponto Manual	5.5	Abertura de PAD contra 2 servidores que não efetuaram registro do ponto tempestivamente e aos respectivos responsáveis pelo Livro Ponto.	Recomendação Atendida	3B/21:(15.07.2021). No dia 15 de junho de 2021 o Sr. Marcos Vinício Montagna superintendente desta fundação recebeu o Relatório Auditoria de Verificação 012/2021 "Ponto Manual tomou as seguintes providencias: Solicitou que fosse feita notificação por escrito aos servidores: Sônia Regina dos Santos Domingues e Maria Loreti Batista seguindo uma das possibilidades apresentadas no Relatório de Auditoria de Verificação 012/2021 – "Ponto

606	15/06/2021	Auditoria de Verificação	Relatório de Auditoria Verificação 012/2021	Fundação Cultural	Controle de Ponto Manual	5.6	Notificação por Escrito / Ficha Funcional / Orientação - Caso não seja acatado o item 5.5 que se se faça notificação por escrito informando que a prática é irregular, com a devida ciência do servidor e que deverá ser anexada à sua ficha funcional.	Recomendação Atendida	Manual". Ambas receberam no dia 22 de junho de 2021, documentos se encontra assinado e arquivado na fundação. Foi feito uma notificação interna aos demais servidores em forma de orientação sobre folha de ponto para que possa ser feito procedimento padrão. Apenas um dos servidores não tem conhecimento até esta data pelo motivo de retorno de férias nesta semana, porém será orientado conforme os demais.
-----	------------	--------------------------	---	-------------------	--------------------------	-----	---	-----------------------	---

d) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos).

Não há recomendações pendentes de atendimento no atual exercício.

VI - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão vigentes neste exercício para esta entidade celebrados de acordo com Lei nº 9.637/2008 - OSs.

VII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Não foram celebrados termos de parceria neste exercício para esta entidade, bem como não havia qualquer termo de parceria vigente no referido exercício celebrados de acordo com Lei nº 9.790/1999 - OSCIPs.

Navegantes, 28 de fevereiro de 2022.

Marcos Venício Montagna
Superintendente da FCN